

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais:
 - a) mediante aprovação do Congresso Nacional, por decreto legislativo, e da população diretamente interessada, através de referendo.
 - b) mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por decreto legislativo.
 - c) mediante aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar, e da população diretamente interessada, através de referendo.
 - d) mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
2. Alberto objetiva não recolher determinado imposto por acreditar que a lei que o instituiu é inconstitucional. A ação cabível a ser ajuizada é:
 - a) habeas data
 - b) ação direta de inconstitucionalidade
 - c) mandado de segurança
 - d) ação popular
3. "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Qual dos cargos a seguir não pertence ao Ministério Público?
 - a) Procurador da República
 - b) Procurador do Estado
 - c) Procurador de Justiça
 - d) Procurador do Trabalho
4. É vedado à Câmara Municipal gastar com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, mais de:
 - a) 50% (cinquenta por cento) de sua receita.
 - b) 60% (sessenta por cento) de sua receita.
 - c) 70% (setenta por cento) de sua receita.
 - d) 80% (oitenta por cento) de sua receita.
5. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre, exceto:
 - a) produção e consumo.
 - b) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
 - c) procedimentos em matéria processual.
 - d) trânsito e transporte.
6. Assinale a alternativa correta acerca das disposições previstas no Código Civil quanto à sociedade empresarial:
 - a) nas sociedades em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade de qualquer modo, mas os terceiros podem prová-la somente por escrito.
 - b) nas sociedades em conta de participação, obriga-se perante terceiros o sócio participante; e, exclusivamente perante este, o sócio ostensivo, nos termos do contrato social.
 - c) nas sociedades em conta de participação, o contrato social produz efeitos entre sócios e terceiros, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
 - d) na sociedade simples (personificada), a modificação do contrato social referente às prestações a que se obriga o sócio cuja contribuição consista em serviços, depende de consentimento de todos os sócios.
7. Assinale a alternativa que completa corretamente o teor do artigo 1.379 do Código Civil, a respeito das servidões. "Art. 1.379. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por _____, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumada a usucapião."
 - a) três anos.
 - b) dez anos.
 - c) cinco anos.
 - d) quinze anos.
8. Mévio, servidor público aposentado pelo SAAE de Jacaréí, forneceu sua senha de acesso ao sistema de informação da administração pública à Minerva, a qual, posteriormente veio a perder a senha. Diante desta situação, a conduta de Mévio é:
 - a) Atípica, uma vez que se trata de servidor público aposentado.
 - b) Atípica, haja vista que não houve qualquer prejuízo para a Administração.
 - c) Típica, tendo em vista que a mesma resulta em violação de sigilo funcional através de sistema de informática.
 - d) Típica, consistente em inserção de dados não autorizados em sistema informatizado.

9. O funcionário público pode responder civil, penal e administrativamente por seus atos. Considere as proposições abaixo e assinale a alternativa correta

I - Peculato culposo: apropriar-se de pecúnia ou qualquer outro recurso material durante o exercício do cargo, tendo sido recebido por erro de outrem.

II - Emprego irregular de verbas ou rendas públicas: dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

III - Excesso de exação: exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

IV - Prevaricação: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

- a) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas.

10. Assinale a alternativa que contém somente crimes próprios de servidores públicos.

- a) concussão, prevaricação, corrupção passiva e usurpação de função pública.
- b) excesso de exação, peculato, falsificação de documento público e corrupção passiva.
- c) prevaricação, concussão, modificação não autorizada de sistema de informações, violência arbitrária.
- d) facilitação de contrabando ou descaminho, advocacia administrativa, peculato e tráfico de influência.

11. Nos termos do artigo 938 do Código de Processo Civil, o prazo de contestação na ação de nunciação de obra nova é de:

- a) cinco dias.
- b) dez dias.
- c) quinze dias.
- d) oito dias.

12. Na modalidade de intervenção de terceiros denominada Assistência, o assistente sofre limitações em suas faculdades processuais e exceto nos casos em que se dá em favor do réu revel, não pode opor-se a atos de disposição do assistido, dentre eles:

- a) reconhecimento jurídico do pedido.
- b) transação.
- c) desistência.
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

13. Assinale a alternativa falsa. Nos termos do Código Tributário Nacional (art. 177), a isenção, salvo disposição de lei em contrário, não é extensiva:

- a) às contribuições de melhoria.
- b) às taxas.
- c) aos tributos instituídos anteriormente à sua concessão.
- d) aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

14. Princípio de Direito Ambiental onde medidas de implementação da qualidade ambiental devem ter seus custos arcados pela coletividade, podendo o Estado arcar com parte de seu custo, minorando a carga tributária que recairia sobre o cidadão é denominado:

- a) Princípio do Poluidor-Pagador.
- b) Princípio do Ônus Social
- c) Princípio da Cooperação.
- d) Princípio da Precaução.

15. Nos termos do art. 4º, da Lei Federal nº 12.651/2.012, considera-se área de preservação permanente na zona urbana, aquelas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) trinta metros.
- b) vinte metros.
- c) cinquenta metros.
- d) cem metros.

16. De acordo com o caput do artigo 12, da Lei Federal nº 12.651/2.012, todo imóvel rural que não se localize na Amazônia Legal deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as áreas de preservação permanente, no seguinte percentual mínimo:

- a) trinta e cinco por cento.
- b) dez por cento.
- c) vinte por cento.
- d) quinze por cento.

17. Com relação aos poderes dos administradores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O poder de polícia apenas é exercido de forma discricionária.
- b) O poder disciplinar é caracterizado pela discricionariedade, cabendo à administração optar ou não pela punição.
- c) O poder regulamentar limita-se a estabelecer normas sobre a maneira como a lei será cumprida, sendo vedada a criação de direitos, deveres, proibições ou medidas punitivas.
- d) Uma autarquia ou uma empresa pública estadual está vinculada a um Estado-membro através de uma relação de subordinação hierárquica.

- 18.** A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo
- discricionário e precário, visando atender interesse preponderantemente público, através de celebração de contrato, após a realização da devida licitação.
 - unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.
 - vinculado e bilateral, resultando em indenização ao particular no caso de a Administração revogá-lo.
 - bilateral, realizado por meio de contrato com a Administração, de modo a atender interesse eminentemente público
- 19.** Observe as assertivas abaixo:
- Pelo aspecto condicionante dos atos praticados no exercício do poder de polícia, estes possuem natureza exclusivamente vinculante.
 - Através do poder de polícia, a Administração pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais.
 - O poder regulamentar, em regra, autoriza que o Poder Executivo, discipline assuntos que ainda não foram objeto de lei.
 - O poder discricionário mitiga o princípio da liberdade, permitindo ao Administrador pautar suas ações pela conveniência e oportunidade. Está(ão) correta(s) somente a(s) assertiva(s)
- I e III
 - II e IV
 - I, II e IV
 - II
- 20.** Seis municípios celebram um consórcio público para realização de atividades de abastecimento de água na região, criando uma pessoa jurídica para efetuar a gestão dos trabalhos do consórcio público. Sob a óptica da legislação pertinente, assinale a alternativa correta.
- A pessoa jurídica será necessariamente uma autarquia, criada por lei, para tratar de atividade tipicamente estatal.
 - É inadmissível a criação de um ente público desse tipo, pois as pessoas jurídicas estabelecidas como Administração Indireta não se enquadram nesta finalidade.
 - Poderá ser criada, na presente situação, tanto uma pessoa jurídica de direito público (a chamada associação pública), quanto de direito privado.
 - O ordenamento jurídico vigente não admite, em qualquer hipótese, a criação de pessoa jurídica de direito privado, oriunda de um consórcio público.
- 21.** Quanto aos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 8.666, considere as seguintes proposições e a seguir assinale a alternativa correta:
- É proibido contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado
 - A modificação do projeto pela Administração Pública, autoriza a revisão do contrato para manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, bem como autoriza a prorrogação dos prazos de execução, conclusão e entrega.
 - Pelas hipóteses admitidas na Lei nº 8.666/93, a prorrogação de contrato administrativo exige prévia e expressa autorização da autoridade competente para sua celebração.
- Somente as proposições I e II estão corretas.
 - Somente as proposições II e III estão corretas.
 - Somente as proposições I e III estão corretas.
 - Todas as proposições estão corretas.
- 22.** O Código de Defesa do Consumidor não se aplica às relações entre:
- instituição financeira ou previdenciária e seus clientes
 - instituição de ensino e o estudante
 - fornecedor de produtos e a administração pública
 - o proprietário de sua residência e o comprador
- 23.** Com base no direito consumerista brasileiro, assinale a alternativa correta quanto a prestação de serviços:
- Pela adoção de novas técnicas, o serviço pode ser considerado defeituoso.
 - O prestador de serviço responderá pela reparação integral dos danos causados ao consumidor por defeitos relativos à prestação dos serviços ou decorrentes de informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos somente se comprovada a sua culpa.
 - A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais deve ser apurada independentemente da verificação de culpa.
 - Quando demonstrar culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou quando demonstrar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, o prestador de serviços não será responsabilizado.

- 24.** Havendo anotação falsa na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuída à empresa privada, será competente para processar e julgar originariamente o respectivo delito:
- Justiça do Trabalho em primeira instância.
 - Justiça Federal Comum.
 - Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região.
 - Justiça Estadual.
- 25.** Nos termos da CLT (art.71), com exceção aos casos previstos em lei, acordos ou convenções, em qualquer trabalho contínuo cuja duração não exceda a seis horas, será obrigatório um intervalo quando a duração ultrapassar as quatro horas. Esse intervalo terá duração de:
- uma hora.
 - trinta minutos.
 - quinze minutos.
 - dez minutos.
- 26.** Considerando o estabelecido do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, exercem a Advocacia Pública. exceto:
- Advogado-Geral da União
 - Defensor Público
 - Procurador de Fundação Pública
 - Procurador de Empresa Pública
- 27.** Assinale a alternativa correta quanto aos direitos e deveres do advogado:
- O advogado pode ter vista, mesmo sem procuração, de qualquer processo, administrativo ou judicial, que não esteja sujeito a sigilo.
 - Só é permitido ao advogado desempenhar suas atividades no Estado em que tenha realizado sua inscrição.
 - O advogado pode permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer salas e dependências de audiências, após concessão de licença.
 - O advogado poderá dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, desde que possua horário previamente marcado.
- 28.** O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10.257/2.001) em seu artigo 25, confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição do imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Referido direito, segundo o Estatuto, tem o nome de:
- encampação.
 - preempção.
 - desapropriação.
 - assunção.
- 29.** Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 13/1.993 (Estatuto dos Servidores Públicos de Jacareí), artigo 44, caput, a posse ao cargo público ocorrerá após a publicação do ato de nomeação, no prazo de:
- dez dias corridos.
 - cinco dias úteis.
 - três dias úteis.
 - quinze dias corridos.
- 30.** Nos termos da Lei Complementar nº 068/2.008 – Código de Normas , Posturas e Instalações Municipais, art. 91, a ação de proibir ou dificultar a ação dos agentes fiscais ou autoridades municipais no exercício de suas funções enseja a aplicação de multa no valor correspondente a:
- dez VRMs.
 - vinte VRMs.
 - quinze VRMs.
 - cinco VRMs.